

JUDICIÁRIO



Sergio Moro já não é mais útil para o governo Bolsonaro. A partir de agora, a queda do ex-juiz parece uma questão de tempo.

A primeira grande derrota da Lava Jato

O partido da Lava Jato parece estar muito perto de sua primeira grande derrota. O contexto das matérias do *The Intercept Brasil*, *Folha de S. Paulo*, revista *Veja*, *El País* e *BandNews* (Reinaldo Azevedo), que durante os últimos meses divulgaram extensas revelações sobre os bastidores da trama política que se sobrepôs a uma suposta operação de combate à corrupção, provocou uma grande reviravolta na trajetória política do ex-juiz.

As sucessivas derrotas do projeto do superministério da Justiça e da Segurança Pública são óbvias. O projeto de lei “anti-crime”, que entre outras coisas tentava legalizar as irregularidades da república de Curitiba, não deverá ser aprovado conforme proposto pelo governo.

Ainda, Moro foi derrotado na tentativa do governo de flexibilizar o porte de armas via decreto presidencial e na questão do Coaf, cujo controle foi transferido do MJSP para o Banco Central, com a correspondente troca do comando, anteriormente nas mãos de um dos partidários do ministro.

São oito meses de revezes. Agora, Bolsonaro passou

a provocar Moro, a exemplo do que fez com o general Santos Cruz, nas redes sociais. Nos últimos dias de agosto, respondeu a um internauta que falava da importância do ex-juiz para o governo, falando que o seu apoio veio depois do resultado eleitoral.

Para além das intempéries de Moro, é preciso que se coloque em perspectiva o que significa essa situação política de uma forma geral. O Ministério da Justiça e Segurança Pública surgiu no governo Bolsonaro como um grande projeto de poder entregue ao lavajatismo. Uma grande demonstração disso foi a enorme liberdade que o ministro teve para compor a sua equipe, majoritariamente formada por ex-integrantes da operação.

O nascimento desse grupo de alta influência política, formado por profissionais concursados cuja prática política é vedada, se deu exatamente no contexto de instabilidade institucional que toma conta do país desde 2013. No vazio da política, massacrada num conluio entre meios de comunicação, empresários poupados pelas investigações e parte da classe política inconformada com a derrota elei-

toral de 2014, surgiu a república de Curitiba, forte e imponente ante aos “desvios” do PT.

É evidente que não se pode afirmar que não havia corrupção no Brasil. Tampouco que não havia um esquema de corrupção montado na Petrobras. Mas a operação serviu a outros interesses. A Lava Jato nunca foi uma operação de combate à corrupção. Ela foi uma operação de guerra montada para tirar o PT do poder, tanto na mentira do impeachment de Dilma quanto na prisão de Lula.

Primeiramente, é preciso que se dê a devida reflexão ao termo “operação”. Trata-se de um conceito trazido ao Brasil, importado do pensamento norte-americano, cuja ideia principal é mobilizar forças para combater determinado inimigo. A partir desse simples ponto, já causa estranheza, à luz do sistema jurídico brasileiro, que esse termo seja usado para dar nome a um emaranhado de processos judiciais. O sistema brasileiro se baseia no princípio do juiz natural, que deve, sob determinadas circunstâncias, conduzir processos de forma imparcial e isenta do começo ao fim.

Moro desrespeitou uma das primeiras instituições jurídicas brasileiras. Isso porque primeiro se deu ao desfrute de determinar quais eram os “inimigos” da nação. Segundo porque o fez em flagrante desrespeito a técnicas jurídicas e disposições legais básicas para qualquer operador do Direito. E terceiro porque não hesitou em se valer politicamente da pecha de salvador da pátria.

As divulgações da vaza jato apontam para a construção de um processo político dentro do Poder Judiciário e do Ministério Público Federal. As discussões entre os procuradores e o ex-juiz davam conta de buscar atalhos ilegais em investigações, de discutir a projeção política da operação na opinião pública, de vazarem informações sigilosas para cumprir o *timing* dos processos e até mesmo de expressar o ódio e a perseguição dessas pessoas com relação a Lula e ao PT.

Um episódio que merece recordação é a fala de Moro logo após a oitiva de Lula em Curitiba. O ex-juiz afirmou que a defesa havia feito “o showzinho” dela. Essa expressão dá conta de mostrar como o ex-presidente não tinha a menor chance naquele processo do triplex. O livre direito de manifestação

nos autos e perante a opinião pública foi entendido pelo magistrado que julgaria o caso como “showzinho” antes mesmo que o processo fosse encerrado.

Para além da importante conceituação do lawfare (termo utilizado para definir uma guerrilha jurídica, estruturada por agentes do Estado em perseguição a determinada pessoa ou grupo), é preciso que se diga que as inúmeras conversas vazadas dão conta da enorme preocupação do grupo com palestras e com a mobilização da sociedade civil. Ou seja, ali já havia um nítido projeto político em andamento.

Esses elementos são fundamentais para analisarmos o atual momento. As mentiras inventadas em todo esse tempo agora vieram à tona. É verdade que isso ainda não é suficiente para que a opinião pública encare a necessidade de reparações imediatas, como a soltura de Lula e uma séria postura do STF no sentido de corrigir os crimes cometidos pela república de Curitiba.

Mas já é suficiente para o presidente entender que esse embuste já não é mais útil para o seu projeto de poder. Isso porque a garantia institucional do governo é dada por uma aparente maioria no Congresso Nacional e até mesmo pelos outros grupos de poder que sustentam Bolsonaro. Mercado financeiro, agronegócio e militares formam uma trinca histórica do Estado brasileiro, capaz, sim, de sustentar e de derrubar governos. O lavajatismo é um outsider desse ambiente que tentou assumir posição de destaque e até de controle do centro do poder de Brasília.

Se há uma coisa que a elite brasileira não suporta é conviver com pessoas diferentes. Moro, Dallagnol e a sua turma vão precisar aceitar o fato de que jamais integraram elite alguma, e ainda correm o risco de precisarem sair pela porta dos fundos da história. Nessa barca, parece haver espaço para apenas um outsider.

Isso aponta para uma reflexão sobre a composição de governos no Brasil. Os governos que não fizeram coalizões exatamente com os representantes dessa elite (ou pelo menos com a maior parte dela) não terminaram os seus mandatos. A história política brasileira é uma variação entre golpes e coalizões. Talvez como qualquer outra história capitalista, é verdade.

Além de não conhecer Direito, Moro também não conhece a política. Despreza elementos históricos do Brasil em nome de uma empáfia falso-moralista e hipócrita. O ministro se valeu de práticas mafiosas para combater uma falsa máfia, e isso não é política. E aí, também não conheceu a história. Nenhuma máfia ganhou o reconhecimento da elite do poder em lugar algum do mundo.

No duelo de narrativas, o lugar na história de cada um dos envolvidos no maior escândalo brasileiro pós-1988 já está designado. Ao campo progressista cabe propor o debate do que efetivamente ocorreu no país. Combater a corrupção é importante, mas isso só é efetivo se houver uma clara imposição do Estado no sentido de limitar as práticas de mercado que efetivam a sub-

serviência dos governos aos interesses econômicos.

A Lava Jato não tem nada a ver com combate à corrupção. Não é esse o campo simbólico do debate. Da mesma forma que o impeachment não tinha nada a ver com crime de responsabilidade. Ambas “operações” formam uma teia de mentiras que governa o Brasil. É fundamental que o debate se desenlace nesses termos.

O Brasil profundo não reconhece no Judiciário a autoridade esperada pela classe média cujo simbólico é sustentado por práticas elitistas, conservadoras e completamente desconectadas da cultura brasileira. Um projeto político que queira de fato superar a histórica desigualdade precisa entender que o simbólico desse processo é único, e ele nunca foi sobre corrupção.